



GEOGRAFIA E PODER: O DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL E TEMÁTICO DA GEOGRAFIA DAS RACIALIDADES NO BRASIL¹

Adir Fellipe Silva Santos²
Joseli Maria Silva³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades. Para atingir o objetivo traçado foi realizado um levantamento de artigos científicos no Observatório da Geografia Brasileira que possui atualmente 25.437 artigos catalogados. Com base em um conjunto de termos relacionados às racialidades, foram encontrados 452 artigos. Este volume de produção científica foi analisada do ponto de vista temático e conceitual por meio da análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi*. A pesquisa realizada demonstra uma afinidade conceitual em torno do conceito de território e uma importância temática em torno das comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Produção científica, Geografia brasileira, Racialidades, Epistemologia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender el desarrollo temático y conceptual de la producción científica de artículos que aborden el tema de la racialidad en la Geografía brasileña. Para conseguir este objetivo, fue realizado un levantamiento de artículos científicos del Observatorio de Geografía Brasileña, el cual posee actualmente 25.437 artículos catalogados. Con base en un conjunto de términos relacionados a la racialidad y/o racialidades, fueron encontrados 452 artículos. Este volumen de producción científica fue analizado desde el punto de vista temático y conceptual por medio de un análisis de redes sociales y con el apoyo del *software Gephi*. La investigación realizada demuestra una afinidad conceptual en torno al concepto de territorio y una importancia temática en torno a las comunidades indígenas, quilombolas y comunidades tradicionales.

Palabras clave: Producción científica, Geografía brasileña, Racialidades, Epistemología.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como fio condutor a compreensão do desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades. O campo

¹ Este estudo é parte de pesquisa de dissertação que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, com financiamento da CAPES.

² Mestrando do Curso de Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, adirfellipe@gmail.com;

³ Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, joseli.genero@gmail.com;



científico que é marcado por relações de poder, privilegia e hierarquiza temas, produzindo ausências e silêncios como apontado por Silva (2009a), ocasionando o que Carneiro (2005) chama de epistemicídio de temáticas e sujeitos.

A sociedade que foi racializada, tem como padrão moderno o homem, branco, heterossexual e cristão, negando o que está fora desse padrão imposto pelo colonialismo e que perpetua até hoje pela colonialidade. O colonialismo e a colonialidade são conceitos trabalhados por diversos autores como, para Lander (2005), o sistema colonial não foi somente uma dominação dos lugares e pessoas, mas também de sua cultura, linguagem e saberes, estabelecendo a Europa como centro, tanto dos saberes, como econômica. A perpetuação do sistema de dominação, após o período colonial, se deu pela colonialidade, que para o próprio autor, sendo a subordinação dos territórios, colocando a Europa como o único ser histórico, tendo como o padrão moderno a ser alcançado pelas outras sociedades, estabelecendo uma colonialidade do ser, do saber e do poder, segundo Quijano (2005).

Com o colonialismo e depois com a colonialidade, se impõem um discurso de que as sociedades necessitavam se tornarem modernas, seguindo como base a Europa. Para Quijano (2005), a modernidade impôs um discurso de superioridade europeia, como centro, criadores e protagonistas, estabelecendo relações de poder que marcam a dominação e exploração dos povos e sociedades.

Pensando nas relações de poder que compõem o meio científico, e por meio de um projeto maior, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vem desenvolvendo um banco de artigos de periódicos com avaliação Qualis-Capes na área da Geografia. Esse banco, denominado Observatória da Geografia Brasileira (OGB), contém 25.437 artigos, de 98 periódicos. A partir de uma busca realizada nas palavras-chave e no título dos artigos que compõem o Observatório, com base nos termos raça, racialidade, negros, negritude, quilombo, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, etnia, etnicidade, étnico-racial, 10.6039⁴ e movimento negro, tendo como retorno 452 artigos que contém um ou mais destes termos.

Após a pré análise desse conjunto de artigos, foi separado e padronizado as palavras-chave, fazendo as ligações semânticas com auxílio do *software Gephi*, mostrando as tendências conceituais e temáticas do campo das racialidades.

⁴ Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio.



Nesta investigação foi explorada a dinâmica de crescimento da produção de artigos científicos no campo das racialidades e a classificação das revistas nos estratos Qualis-Capes que foram utilizadas para sua respectiva veiculação. Também foram identificados os conceitos utilizados, bem como suas relações entre si, evidenciando as tendências temáticas desse campo de saber.

REFERENCIAL TEÓRICO

O meio científico é marcado por movimentos e relações de poder, ao qual impõem modelos a serem seguidos, além de que “impõe-se à base da superioridade do conhecimento imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo e tem uma história de longa duração” (GROSGOUEL, 2016, p. 26), o que perpetua até os dias atuais, e que autores como Lander (2005), Quijano (2005), Mignolo (2004) e dentre outros, chamam de colonialidade.

A modernidade que é imposta para a sociedade, tendo o seu lado obscuro a colonialidade segundo Mignolo (2004), provoca invisibilidades, rejeições de culturas, objetos, linguagens, sendo uma dominação social e econômica, e que estrutura o conhecimento científico, tendo a racialização das sociedades, como marca da produção do outro, como apontado por Carneiro (2005), o que a autora chama de epistemicídio de temáticas e sujeitos, sendo uma rejeição da produção científica. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Grosfoguel (2016, p. 28), acrescenta que “As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo”, ignorando uma produção que esteja fora dos padrões estabelecidos pela colonialidade.

A Ciência é um reflexo da própria sociedade, em que a racialização é entendida como uma rejeição total do ser, desde sua cultura, linguagem e modo de viver (NASCIMENTO, 1981). O conhecimento científico não é homogênea em sua trajetória de desenvolvimento, apresentando movimentos específicos dentro do campo científico, privilegiando temas e silenciando outros, sendo organizada por relações de poder, que vão além das relações de classe (SANTOS, 2010), sendo uma crítica dos estudos decoloniais, como apontado por Oliveira (2018). Portanto, conhecer as modificações do campo é fundamental para sustentar a comunidade acadêmica, observando o que vem sendo produzido e o que vem sendo silenciado.

A racialização das sociedades vai além da diferenciação por características fenotípicas, como argumenta Mbembe (2018), sendo que “a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes” (MBEMBE, 2018, p. 27).



O conhecimento científico é organizado por essas estruturas, e entender esse movimento e tensionar a Ciência é o caminho para se combater as relações de poder que estruturam e ocasionam ausências e silenciamentos de debates, temas e sujeitos, combatendo o epistemicídio.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para tentar responder aos objetivos traçados, e a partir de um projeto mais amplo que vem sendo desenvolvido no Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), foi realizada uma análise sobre as racialidades. O OGB congrega um acervo de artigos de 98 periódicos nacionais com avaliação na área da Geografia pelo sistema Qualis-Capes, quadriênio 2013-2016. Essa base, possui atualmente 25.437 artigos catalogados.

A partir de uma busca realizada nas palavras-chave e no título dos artigos que compõem o Observatório, visto que tanto o título como as palavras-chave correspondem a intencionalidade da pesquisa, essa investigação levou em consideração os termos raça, racialidade, negros, negritude, quilombo, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, etnia, etnicidade, étnico-racial, 10.6039 e movimento negro, tendo como retorno 452 artigos que contêm um ou mais destes termos.

Os 452 artigos tomados por base foram analisados por meio da análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi*, para a exploração topológica das redes de palavras-chave. Essa análise consiste em revelar as centralidades e as relações entre as palavras-chave, indicando as ligações e os sentidos produzidos por essas ligações.

Para esta investigação, primeiramente foi separado as palavras-chave dos 452 artigos sobre racialidades, selecionadas por meio da busca no Observatório da Geografia Brasileira. Após esse procedimento, esse conjunto foi refinado e padronizado, realizando uma junção de termos com a mesma raiz semântica, por meio do programa *OpenRefine*⁵, com esse refinamento se percebeu algumas discrepâncias no preenchimento das palavras-chave, em que 02 artigos não estavam presentes nenhuma indicação de palavras-chave, e em outro constavam 19. Como último passo foi elaborada a rede semântica pelo *software Gephi*⁶.

⁵ Disponível em <<http://openrefine.org>>.

⁶ Disponível em <<https://gephi.org/>>.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo científico da Geografia está organizado por relações de poder, indo além das relações de classe (SANTOS, 2010). Essa organização também é criticada pelos estudos decoloniais, que partem da ideia do racismo epistêmico, capaz de produzir invisibilidades e dominações no campo científico, como argumenta Oliveira (2018), ocasionando a não aceitação de temáticas e sujeitos como produtores de Ciência, o que Sueli Carneiro (2005) denomina de epistemicídio.

Assim a Ciência é marcada por hierarquias e privilégios de certas temáticas, o que faz com que os meios de divulgação científica sejam organizados pelas mesmas estruturas de poder. As revistas científicas em formato digital, são atualmente os meios de divulgação de pesquisa mais utilizados e atingem o maior número de pessoas, por isso se torna um importante meio para investigações para entender como o saber geográfico brasileiro vem sendo construído.

Pensando nisso, o ‘Observatório da Geografia Brasileira’, mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conta com um banco de artigos de 98 periódicos nacionais com avaliação da Geografia, contendo um total de 25.437 artigos, distribuídos nessas revistas, abrangendo o ano de 1939 a 2019 .

Com esse universo de produção de mais de 25.000 artigos, se consegue ter um panorama das pesquisas desenvolvidas no Brasil. Pensando em delimitar o campo das racialidades na Geografia, foi realizada uma busca com um conjunto de termos relacionados às racialidades, no qual acredita que são constituídas nas relações sociais permeadas pelo poder e que vão além de ‘raça’ e ‘racialidade’. Esse conjunto de palavras são: ‘raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e 10.639’.

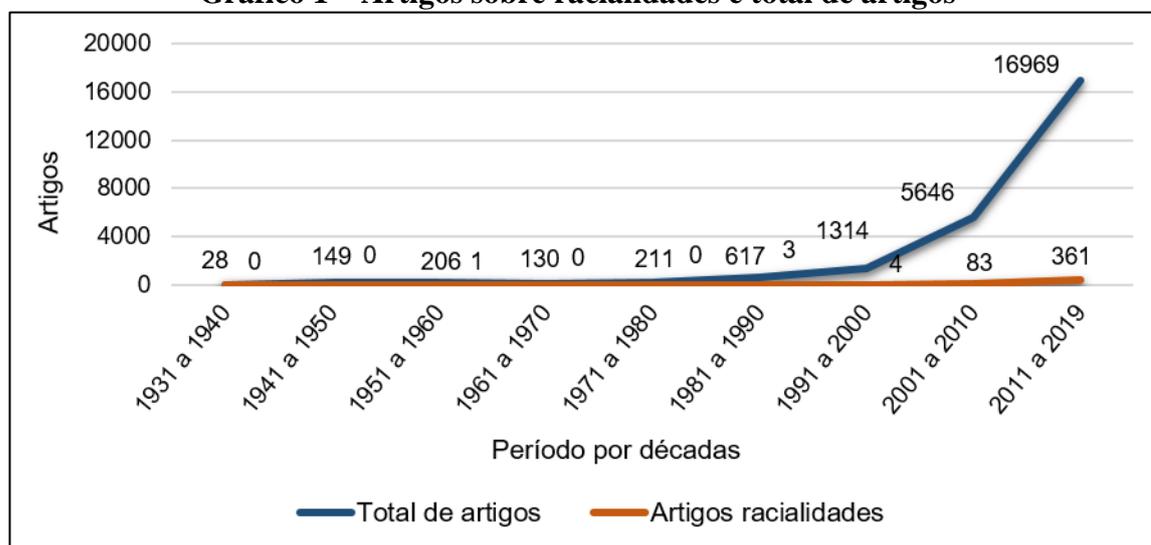
A busca por meio desses termos se deu nas palavras-chave e no título das publicações. Teve como retorno um total de 452 artigos, ou seja, somente 1,8% das produções que tem relação com as racialidades, se for considerar a população brasileira, que é mais de 50% negra, somando a população preta e parda, segundo o censo do IBGE de 2010, mostra que a Geografia nacional pouco tem se preocupado com a temática em questão, demonstrando as ausências e silêncios que estão presentes no discurso científico brasileiro (SILVA, 2009a).

Essa produção, mesmo pequena, apresenta um maior número de publicações mais frequente após os anos 2000, acompanhando o aumento do total de publicações, demonstrados no Gráfico 1. O gráfico apresenta tanto o total de artigos, divididos por décadas desde o ano de



1931 a 2019, como também os artigos sobre as racialidades, tomados pela análise a partir da busca pelos termos.

Gráfico 1 – Artigos sobre racialidades e total de artigos⁷



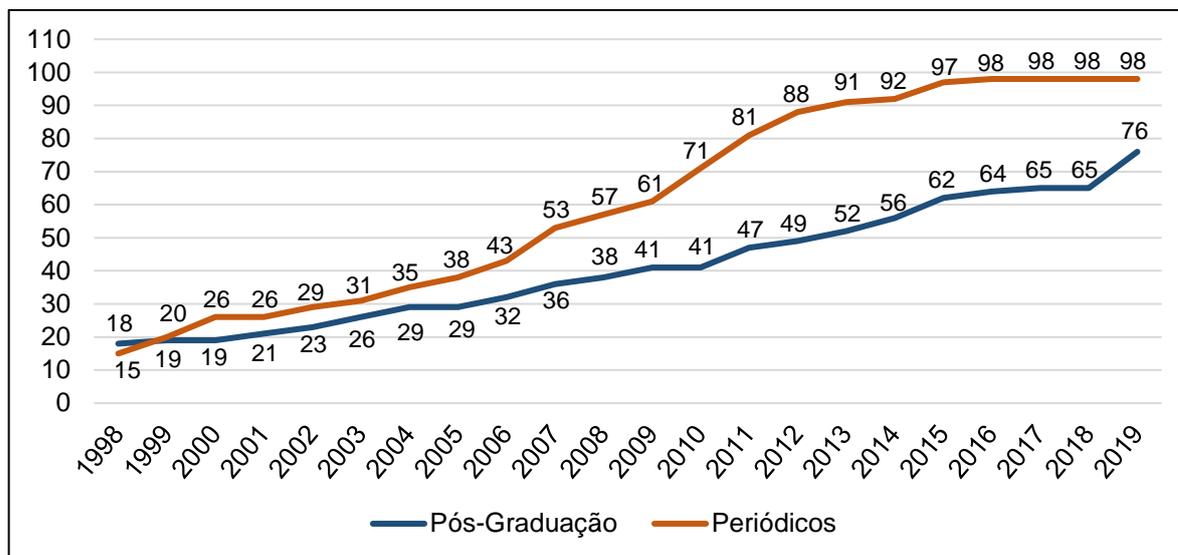
Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

É perceptível que a produção sobre as racialidades acompanha o crescimento da produção científica, mas em relação a quantidade é notório a diferença. O aumento que ocorre nas publicações, tem alguns fatores específicos, um deles está relacionado ao crescimento do número de pós-graduação no Brasil nos anos 2000 o que consequentemente elevou a criação de novos periódicos que estão vinculados com a pós-graduação, como apontado por Pinto (2017). Havendo maior número de pós-graduação, há mais pessoas sendo formadas e consequentemente mais produções sendo publicadas. O Gráfico 2 demonstra tanto a evolução no número de pós-graduação no Brasil após 1998, como também a criação de periódicos com avaliação na área de Geografia.

⁷ O total de artigos está considerando o ano de 2019, o mesmo está em processo de inclusão dos artigos. Já os artigos relacionados as racialidades leva em consideração até o ano de 2018, visto que é o último ano que está completo.



Gráfico 2 – Aumento do número de Pós-graduação em Geografia⁸ e aumento de periódicos por ano (1998-2019)



Fonte: GEOCAPES e Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

É evidente que o aumento no número, tanto de pós-graduação, como de novos periódicos coincide com a elevação das publicações de artigos. Isto é, com mais veículos para divulgação científica e com aumento de novos cursos de mestrado e doutorado, há mais pessoas produzindo, o que faz o aumento de produção científica, como demonstrado no Gráfico 1.

Levando em consideração os artigos relacionados às racialidades, o aumento começa após os anos 2000, sendo mais significativo após o ano de 2010. Esse aumento coincide com as discussões e com os compromissos firmados no ano de 2001, em que ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata em Durban na África do Sul, ao qual se debateu formas e ações com que governos agissem de forma a eliminar as desigualdades. O Brasil, como membro da Conferência e das Nações Unidas, assinou a Declaração e o Programa de Ações que foi gerada durante o evento.

Assim, o Governo Federal assumiu o compromisso de eliminar as diferenças sociais e econômicas presentes no país, reconhecendo o mito da democracia racial, ao qual vinha sendo defendida por muito tempo. Além disso, o governo brasileiro tinha a missão de propor políticas públicas para o acesso de pessoas excluídas, tanto nos sistemas educacionais, como de trabalho, resultando na criação de ações afirmativas de acesso as universidades (MALACHIAS, 2006).

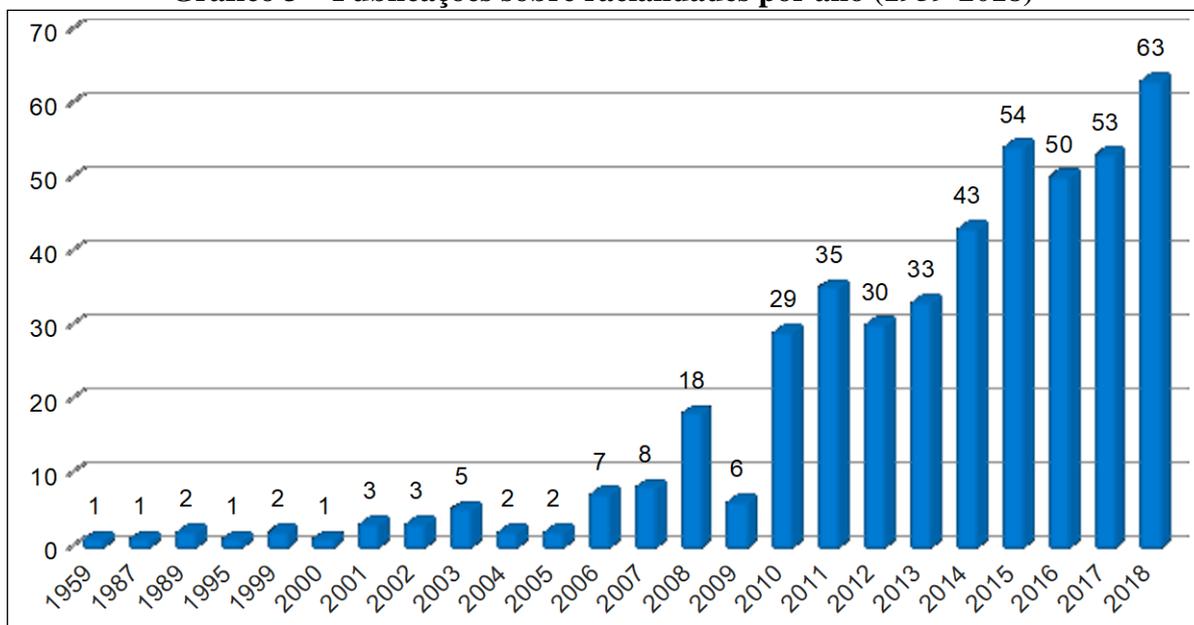
Levando em consideração esse cenário, é perceptível o aumento nas publicações de artigos relacionados as questões raciais na década de 2001, principalmente após o ano de 2010.

⁸ Dados coletados em: Dados GEOCAPES. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>.



Para exemplificar, o Gráfico 3 apresenta a evolução, por ano, das publicações sobre racialidades nos periódicos nacionais.

Gráfico 3 – Publicações sobre racialidades por ano (1959-2018)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

Fazendo uma observação no gráfico por ano de publicação, é notório que o aumento mais significativo ocorre no ano de 2010 em diante, o que representa 86,3% do total de artigos sobre racialidade em todo o período. O que vale destacar que, as publicações antes de 2001, que marca um ponto importante no debate que está relacionado com a Conferência de Durban, tem somente 08 artigos, sendo somente 1,8% das publicações.

As revistas também concentram o saber e agem por relações de poder dentro do campo científico, a lógica organizacional dos periódicos levam em conta a organização por meio da CAPES, no qual estabelece critérios, e avalia essas revistas. No todo, os periódicos são classificados em estratos, sendo divididos em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C⁹, sendo o A1 o mais qualificado e o C sem qualificação. Essa classificação tem como base o Quadriênio 2013-2016, que são avaliadas pela Geografia e mantidas por instituições geográficas, sejam acadêmicas ou governamentais.

Os periódicos online têm papel fundamental no acesso e divulgação de conhecimento, também se tem um aumento de fontes de conhecimento, sem dúvida, tenciona os lugares de

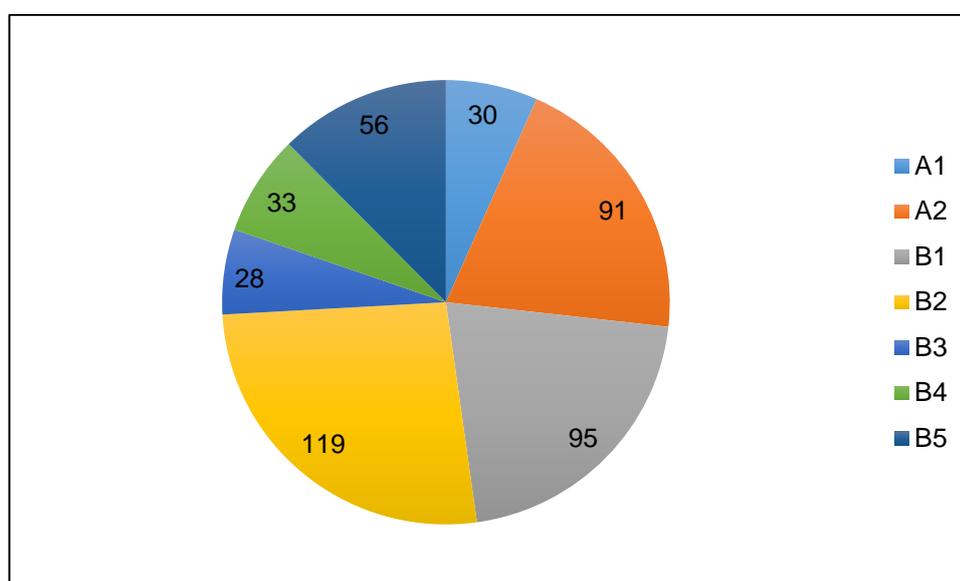
⁹ O Observatório da Geografia Brasileira tem em sua composição 98 revistas classificadas nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5.



enunciação de ideias e faz com que aflorem as pluralidades de perspectivas de saberes, entretanto estabelecem geopolíticas de conhecimento cada vez mais complexas e multiescalares, conforme evidenciado em Silva, Ornat e Chimin Junior (2017).

Essa organização faz com que temas considerados como não hegemônicos pela Ciência Moderna, sejam negligenciados, entre eles as racialidades. As revistas com qualificações mais altas, concentram menos publicações sobre a temática, o Gráfico 3 demonstra o volume de publicações organizada por extrato de qualificação.

Gráfico 3 – Artigos divididos por estratos de qualificação Qualis Capes (2013-2016)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

Os artigos sobre racialidades estão concentrados nos estratos B2, B1 e A2, sendo 119, 95 e 91 artigos em cada respectivamente. Segundo os documentos disponibilizados para avaliação dos programas de pós-graduação, como também os documentos para avaliar propostas de novos cursos, sendo o documento denominado de ‘Apresentação de Propostas de Cursos Novos’ (APCN) de 2019 e o Documento de Área da Geografia, também de 2019, é considerado uma produção qualificada as publicações referentes aos estratos B1 e acima, ou seja, os estratos de qualificação do A1, A2 e B1. Ao tomar por base esse conjunto de produção qualificada, temos um total de 216 artigos, sendo 48% das publicações, isto é, quase metade das publicações referentes as racialidades é considerada uma produção qualificada.

Os artigos referentes aos estratos menos qualificados, sendo o B2, B3, B4 e B5, tem um total de 236 artigos, sendo 52% das publicações, que configura um pouco mais da metade das publicações consideradas como menos qualificadas.



Ao se pensar somente nos artigos publicados nos Qualis A (A1 e A2), ao qual recebem mais valorização em termos de pontuação, tem um total de 27%, constituindo somente um pouco a mais do que o estrato B2, por exemplo, que são 26% das publicações. Em números absolutos, o estrato mais qualificado, o A1, representa um total de 30 artigos e o estrato menos qualificado, ou seja, o B5, tem um total de 56 publicações, o que é quase 2 vezes a mais do que o estrato A1.

Isto tudo demonstra as hierarquias que são produzidas no campo científico, que fazem com que ocorra a valorização dos padrões hegemônicos, ocasionando um totalitarismo epistêmico, segundo Mignolo (2004). A Geografia hegemônica que é marcada por privilégios de sexo e raça, conforme Silva (2009b), também produz barreiras a mulheres e não brancos, até mesmo de produzir Ciência. Mas é a partir do embate das relações de poder que busca a eliminação dos dispositivos que excluem determinadas temáticas e sujeitos e que “As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos” (SILVA, 2009b, p. 25). A organização da Geografia por meio dos periódicos, está estabelecida por relações de poder e de hierarquização, ao qual fica evidente nas publicações estarem concentradas em estratos intermediários, como também a temática das racialidades ter um número de publicação de somente 1,8%, sendo recente no debate nacional, quando consideradas as revistas científicas de Geografia.

Entender a estruturação do campo científico perpassa por conhecer o que o campo está produzindo dentro de suas temáticas e conceitos. Segundo Silva, Ornat, Cesar e Chimin Junior (2018), as produções em torno das racialidades teve um aumento após os anos 2000 e tem uma diversidade em sua abordagem, como:

tensionamentos em torno da produção da cidade e o enriquecimento das abordagens por meio de elementos da cultura negra como festas, ritmos musicais e práticas religiosas. Outro importante eixo de análise da relação entre espaço e racialidades foi a abordagem das populações tradicionais, incorporando com mais intensidade os grupos indígenas, além dos negros. Os estudos exploram as tensões em torno dos elementos de sobrevivência e sua dependência com os elementos da natureza, como o acesso e manutenção da terra, modos de produção e manifestações culturais. (...) Os anos da primeira década do século XXI foram produtivos no desenvolvimento dos estudos de racialidades que acompanhavam um crescimento simultâneo dos movimentos sociais em busca de construir políticas afirmativas para promoção da igualdade racial no Brasil. Além de pesquisas que denunciaram a situação de exclusão espacial e de lutas de negros e indígenas por conquistas sociais, houve ainda estudos que analisaram as políticas implantadas pelo governo brasileiro para diminuição de desigualdades e do preconceito racial (SILVA, ORNAT, CESAR, CHIMIN JUNIOR, 2018, p. 78).

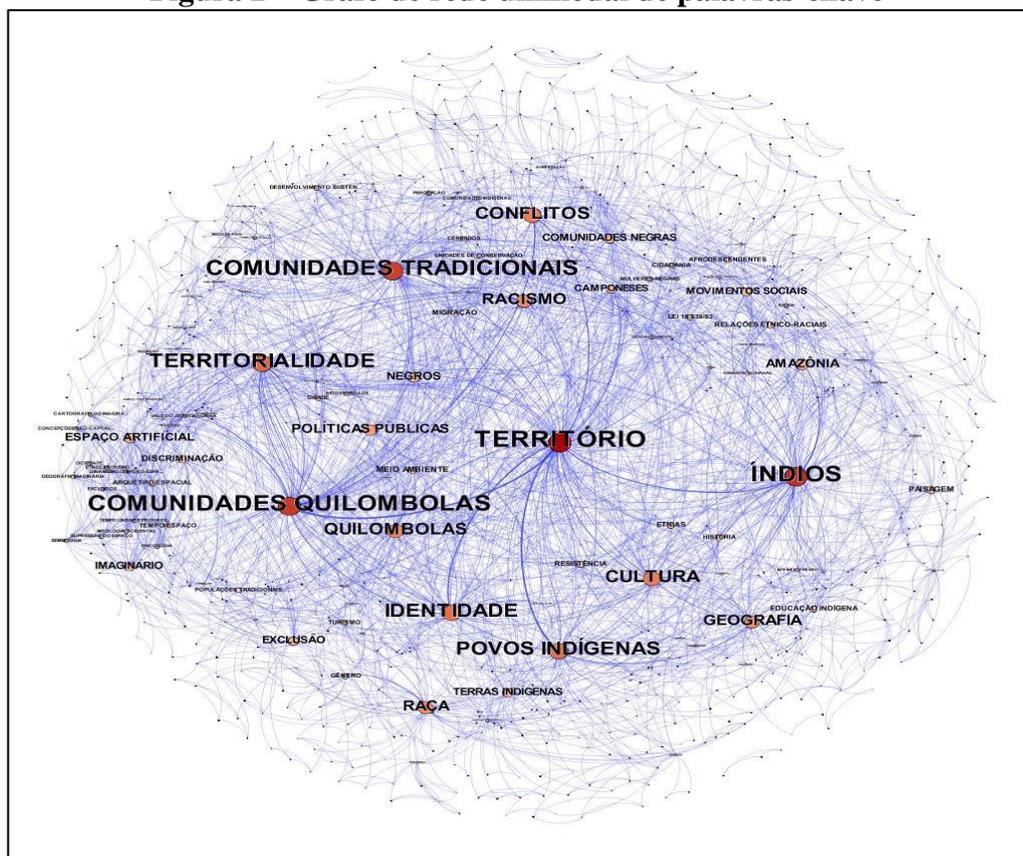


Buscando compreender como o campo das racialidades na Geografia está estruturado, foi utilizado as redes semânticas, com apoio do programa *Gephi*. Silva e Silva (2016, p. 140), argumentam que “O *Gephi* é um programa de análise de rede com aplicações em diversas áreas (...) A análise de rede toma a realidade a partir de suas relações, e a partir delas podemos calcular centralidades, densidades, estruturação em comunidades, etc.”. Os autores ainda refletem que ao considerar as relações entre as palavras, a rede “poderá revelar as tendências de sentidos produzidas em um conjunto discursivo” (SILVA; SILVA, 2016, p 140).

As palavras-chave dos artigos, são um importante indicador dos temas e de conceitos presentes nos estudos. Entendo que elas indicam dentro de um campo científico similaridade dos termos empregados, ou seja, ao utilizar determinada palavra-chave indica a adoção conceitual empregada dentro da epistemologia da Geografia. Isso tudo, demonstra que a sua organização reflete na intenção do(a) autor(a) e em dar visibilidade aos conceitos e temas abordados dentro do campo de estudo.

A rede inicial obtida, é o resultado da articulação dos artigos considerados com as palavras-chave, representados na Figura 1, sendo uma rede bimodal. Os nós da rede, que são representados pelos círculos azuis (452 artigos) e vermelhos (800 palavras-chave) foram dimensionados de acordo com centralidade de grau ponderado (número de ligações considerando o peso da aresta) e distribuídos pelo algoritmo Fruchterman-Reingold. Na rede bimodal há 1.783 arestas, que são as linhas de ligação entre os nós.

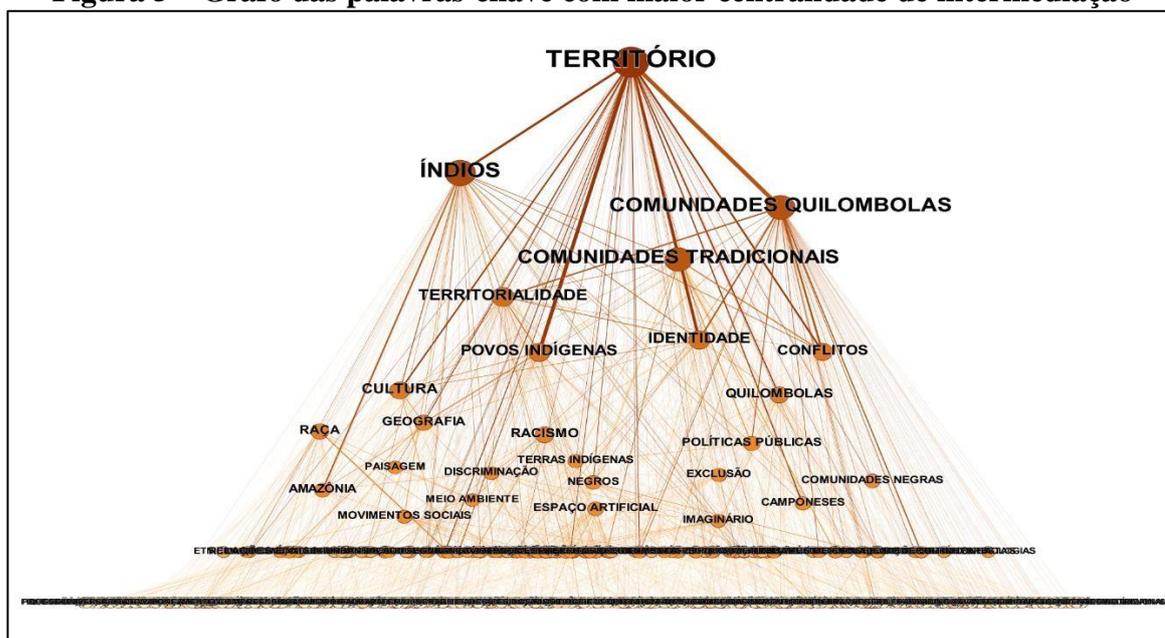
Figura 2 – Grafo de rede unimodal de palavras-chave



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

A rede unimodal foi organizada por grau ponderado. As diferentes intensidades do vermelho evidenciam as hierarquias. Já a Figura 3 a seguir, em diferentes cores, evidencia a rede modal organizada por modularidade 1.0, formando as comunidades (cores diferentes) mais importantes de palavras-chave.

Figura 5 – Grafo das palavras-chave com maior centralidade de intermediação



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

É perceptível que a palavra-chave mais utilizada é o ‘território’, para além de um termo, as palavras-chave podem ter diversas concepções, desde conceito, tema, método, que indicam o conteúdo presente no artigo. Além do ‘território’, como principal, a Tabela 1, indica as 10 principais palavras-chave e a centralidade de grau do nó, ou seja, o número de vezes que o nó se conecta a outros nós através dos artigos.

Tabela 1 – Ranking de palavras-chave por centralidade

Palavra-chave	Grau
Território	131
Índios	130
Comunidades Tradicionais	118
Comunidades Quilombolas	105
Territorialidade	78
Identidade	64
Povos indígenas	63
Cultura	61
Conflitos	57
Quilombolas	57

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

O campo das racialidades tendo uma diversidade de abordagens, como já argumentado, também centraliza as suas discussões envolvendo principalmente o espaço agrário. Como pode



ser observado, das principais palavras-chave, o ‘território’ é o conceito central utilizado nas abordagens, seguido por ‘índios’, comunidades tradicionais’ e ‘comunidades quilombolas’.

Para entender melhor a temática abordada nos artigos, é necessária uma análise das relações entre as palavras-chave, que indicam as vezes em que dois termos compartilham o fato de serem palavras-chave em um mesmo artigo. O ‘território’ sendo a principal, estabelece algumas relações com maior peso, evidente pela espessura das arestas, essa relação está presente principalmente pelas seguintes palavras-chave: ‘comunidades quilombolas’, ‘povos indígenas’, ‘índios’ e ‘identidade’.

Assim, fica mais evidente que as principais temáticas abordadas pelos 452 artigos, envolvem principalmente as comunidades indígenas e quilombolas em relação ao território. Também, como aponta a Tabela 2, as relações dessas comunidades com o a palavra-chave conflito, indica mais uma vez que a abordagem dominante nas racialidades envolvem as questões agrárias envolvendo os conflitos por território.

Tabela 2 – Ranking de maior relação entre palavras-chave

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Território	Comunidades quilombolas	15
Povos indígenas	Território	13
Identidade	Território	10
Índios	Território	9
Conflitos	Território	7
Conflitos	Comunidades quilombolas	7
Amazônia	Índios	6
Cultura	Território	6
Identidade	Comunidades quilombolas	6
Territorialidade	Comunidades quilombolas	6

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira
Organização: Santos e Silva (2021)

Pensando em questões conceituais, os artigos sobre racialidade trabalham quase que exclusivamente com o conceito de território, sendo a palavra-chave presente em um maior número de artigos. Podemos observar também que um conceito bem representativo é o de territorialidade, no qual deriva do conceito de território. Outros dois conceitos, que são o de identidade e cultura, também figuram como um dos principais conceitos desenvolvidos nos artigos, tendo uma participação mais discreta em comparação com o de território. E como periférico, o conceito de paisagem também está presente nas discussões, ocupando uma posição intermediária na rede topológica.



Em relação as temáticas mais abordadas, como já mencionado, estão envolvidas com as questões agrárias, tanto as comunidades quilombolas, indígenas e também, comunidades tradicionais, na qual podem configurar outras especificidades, como por exemplo, as comunidades faxinalenses do Paraná.

Embora, as discussões estejam mais centradas nos povos do campo, o grafo de rede topológico, da Figura 5, mostra que estão presentes nas discussões, abordagens entorno de raça, racismo, movimentos sociais, políticas públicas, dentre outras, ocupando uma discussão mais intermediária em relação as populações tradicionais. É possível afirmar que o campo das racialidades tem como conceito geográfico principal e hegemônico, o território, além de ser a principal palavra-chave presente nos artigos. Também pode ser observado que as abordagens temáticas preservam as discussões em torno do espaço agrário, envolvendo principalmente comunidades indígenas e quilombolas, fazendo relação com o debate que envolve os conflitos e com o conceito de território, como sendo as principais abordagens do campo científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe a compreensão de como ocorreu o desenvolvimento temático e conceitual da produção científica de artigos na Geografia brasileira sobre racialidades. Demonstramos que a abordagem das racialidades é recente, tendo um crescimento voltado após os anos 2000, sendo mais significativo após 2010, envolvendo fatores, como o aumento no número de pós-graduação e de políticas afirmativas implantadas após esse período. Levando em consideração a produção total de artigos, as publicações sobre racialidades é pequena, representando somente 1,8% de artigos, ocupando os estratos de qualificação Qualis-Capes mais intermediários, tendo mais publicações no estrato B2, que representa 26%.

Foi possível constatar com a análise topológica que o conceito de território, é o conceito que estrutura o campo das racialidades, além de ser a principal palavra-chave presente nos artigos. Em relação as temáticas, as comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais figuram como os principais recortes estudados, ligados principalmente pela questão do território e pelos conflitos.

Enfim, estudar a dinâmica epistemológica da Geografia é entender como ela vem se estruturando em relação a privilegiar temas e produzir ausências e silêncios no campo científico, demonstrando as relações de poder que estruturam a Ciência geográfica.



REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 8-23.

MALACHIAS, Antônio Carlos. **Geografia e Relações Raciais: desigualdades sócioespaciais em preto e branco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Ipeafro / Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Denilson de Araújo. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: COSTA, Carmem Lúcia (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 9-31. Disponível em: <<https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/index.html>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PINTO, Vagner André Moraes. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Renato Emerson dos. Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo/SP, ano 26, v.1, n. 34, p. 141-160, jan-jun/2010.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria Silva. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 - 154, jan. / jul. 2016.



SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p.55-92.

SILVA, Joseli Maria Silva. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p.25-54.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In: Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (Eds.). **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017, p. 11-30.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CESAR, Tamires Regina de Oliveira, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. In: COSTA, Carmem Lúcia (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. 68-82. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-naescola/index.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.